

RELAÇÕES FAMILIARES E SUAS INFLUÊNCIAS NO CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA ATUAÇÃO DAS PREFEITAS DO ESTADO DA BAHIA, 2005-2008

Cláudia de Faria Barbosa¹

Resumo: *O presente artigo faz parte de um projeto de mestrado que tem a pretensão de estudar as relações familiares, o papel da constituição familiar e cultural na sociedade, os componentes arraigados nos arranjos políticos tradicionais e suas influências na configuração da sociedade contemporânea. Busca compreender as relações estabelecidas na família e que repercutem de forma direta na sociedade, como se articula o discurso e a prática frente às questões da família e quais políticas públicas são prioridades dos governos locais chefiados por mulheres.*

Palavras-chave: Família; Política; Relações.

INTRODUÇÃO

Este artigo expõe algumas reflexões que vêm sendo trabalhadas no projeto de mestrado com relação às relações familiares e de parentesco e suas influências na configuração social da família na política, com especial referência à participação das mulheres na Bahia em cargos executivos, procurando identificar em suas atuações a postura em relação à herança cultural e histórica de sucessão no poder, democracia representativa, movimentos sociais e políticas públicas voltadas para o interesse da família.

Pretendo discutir de que maneira as relações familiares, de parentesco e de apadrinhamento são observadas na política municipal baiana e qual o peso do elemento relacional, de reciprocidade, de troca de favores e clientelismo no qual a personificação dos vínculos familiares se constituiu uma prática constante e sistemática de ajuda entre parentes. Outra questão é o porquê de existir poucas prefeitas e quais seriam os obstáculos que as mulheres vêm encontrando para se inserirem na política mesmo existindo ações afirmativas, como é o caso da política de cotas dos partidos políticos. Além disso, quais as percepções dessas mulheres que se inseriram no campo político, em relação à família, à conciliação de papéis, quais os aspectos mais relevantes em suas trajetórias e quais são as políticas públicas prioritárias em seus governos.

RELAÇÕES FAMILIARES

As relações familiares, sobretudo a partir da mudança nos papéis de seus membros, têm se alterado significativamente. Conforme afirma Sarti (2003, p. 9), a família se torna o parâmetro simbólico para definir, inclusive, os termos da atuação dos indivíduos no plano político. As demandas e práticas políticas de qualquer segmento da população se articulam ao modo e ao sentido que atribuem à vida, a depender do contexto histórico.

¹ Aluna do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – UCSal. cbarbosa@upb.org.br. Orientadora Prof. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

É possível que as relações estabelecidas no seio familiar sejam transferidas para a área de atuação do indivíduo, inclusive no setor público. Dessa forma, no sistema político brasileiro, sobretudo no âmbito dos pequenos municípios, o cidadão se vê muito próximo ao poder, quando o gestor público é alguém de suas relações, um parente, um membro próximo da família ou um amigo, além de ter sido aquele merecedor da confiança na hora do voto. Nesse caso, o lugar da família e do parentesco é estratégico e dimensiona esse processo, tanto para a organização social quanto para as trajetórias individuais.

Para Itaboraí (2005, p. 172), na maioria das vezes, a presença da família na vida nacional é apresentada como intervenção do privado no público, a organização em clãs familiares como base para a submissão do Estado a interesses particulares.

Nesse sentido pressupõe-se que haja formas de: “solidariedade informal, que consiste em um sistema de ajuda mútua, no intuito de obter bens e serviços por intermédio de outras pessoas”. BAROZET, 2003). O papel das conexões familiares e sociais tem um peso na obtenção de vantagens e o indivíduo toma consciência de que o fator relacional influencia muito, levando em conta as raízes históricas do povo brasileiro.

A família patriarcal descrita por Gilberto Freyre (1992) deu origem à sociedade atual. As relações familiares se alteraram significativamente e cederam lugar a uma família com poucos integrantes e estruturada de forma diferente. Embora, muita coisa herdamos da família do século XIX e perdura até hoje como consequência histórica. Como o coronelismo, que morreu simbolicamente e perdeu sua principal característica, o mandonismo, embora tenha mantido outra característica que é o clientelismo. Para Carvalho (1997), o clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo variando ao longo do tempo, deixou de ser relações entre o proprietário rural e o governo para indicar um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos. Dessa forma, o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e aumenta com o decréscimo do mandonismo.

O clientelismo é uma realidade nas relações sociais e pessoais, que também pode estar presente nas relações familiares. Para Woortmann (1994, p. 71) a descendência e sucessão consistem na transmissão de direitos e deveres, e os sistemas mais coerentes seriam os unilineares, onde os grupos de descendência detêm o domínio corporativo das propriedades mais relevantes para a sociedade.

Por outro lado, ainda segundo Woortmann (1994, p. 54), as relações de parentesco podem incluir relações de dominação e não apenas de generosidade, a reciprocidade do parentesco não é necessariamente igualitária, embora tenha que declarar igualdade no campo simbólico. Pressupõe-se, então, que haja um poder de influência da família nas relações sociais e políticas.

MULHERES NA POLÍTICA

Atualmente, as mulheres vêm ocupando cargos públicos outrora conferidos aos homens. A Bahia tem em sua história mulheres que desempenharam papéis sociais relevantes, como Joana Angélica, Maria Quitéria, Irmã Dulce e tantas outras, mas pouco se fala daquelas que se aventuraram na carreira política ao longo da história.

Partindo do pressuposto que falta análise de como as hierarquias são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas, principalmente, em relação à política dos grupos dominantes regionais, que tem o interesse em controlar os grupos sociais para manter o *status quo*, pois “na maioria dos contextos das sociedades modernas, os homens em sua maioria não

desejam soltar as rédeas do poder.”(GIDDENS, 2000, p. 148), é que foi proposto o presente estudo .

Com a promulgação do Código Eleitoral de 1932 (BRASIL, 1932), as mulheres, que nem sequer eram citadas nas legislações anteriores, adquiriram direito ao voto. Assim, elas começaram a ser vistas como cidadãs, embora ainda seja inexpressivo o número de candidatas e eleitas.² Segundo Ana Alice Costa (1998, p. 137), foi somente nas eleições municipais de 1958 que, pela primeira vez, uma mulher foi eleita para a prefeitura de um município baiano.

Apesar da lei 9.504/97 (BRASIL, 1997) reservar o mínimo de vagas para as mulheres dentro dos partidos políticos, ainda não inspirou uma maior mobilização delas para assumir expressivamente esse espaço, isso demonstra que ainda há uma resistência das mulheres, assim como da sociedade.

Mesmo com a introdução de cotas para a participação das mulheres nas eleições, são necessárias outras ações afirmativas para que elas não se transformem apenas em obrigatoriedade, sem a efetiva parceria entre mulheres e homens na condução das questões políticas. A adoção de cotas, sem dúvida, incrementou a presença de mulheres na política, todavia, a questão chave não é tão somente eleger mais mulheres, o fator gênero não é determinante numa eleição, e elegê-la pelo simples fato de ser mulher, a recoloca em outra situação igualmente constrangedora. Não se pretende aqui medir forças entre homens e mulheres, numa espécie de “cabo de guerra”, mas defender uma luta saudável entre sexos diferentes, pois se pressupõe que nada impeça a natureza feminina de governar, a não ser a falta de méritos e capacidades.

O início de uma progressiva participação das mulheres na vida política deflagrada no século XX deve ser vista sob a perspectiva de relevantes mudanças sociais, culturais e políticas da sociedade. Além disso, as mulheres ganharam espaço graças a sua própria mobilização. Simone Beauvoir (1980, p. 15) percebe que no momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. A disputa pelo poder está baseada nas relações de dominação e subordinação e são construídas entre os sujeitos numa relação de poder.

A participação da mulher na vida política, em condição de igualdade e o fim da discriminação poderá conduzir municípios, estados e, conseqüentemente o país, a um tempo em que homens e mulheres da vida pública lutarão juntos em prol da melhoria de vida daqueles que vão às urnas em busca de mais dignidade, respeito e de um futuro melhor.

Segundo Bruschini (1993, p. 77), é no cotidiano da vida familiar que surgem novas idéias, novos hábitos, novos elementos, através dos quais os membros do grupo questionam a ideologia dominante e criam condições para a lenta e gradativa transformação da sociedade. Assim, a dinâmica familiar é observada como aspecto de constantes mudanças.

Mesmo na sociedade contemporânea, ainda persiste a crença de que o espaço privado, ou seja, o ambiente doméstico é de atuação exclusiva da mulher e o espaço público de participação masculina. Para o antropólogo Roberto da Matta (1986, p. 121) seria preciso somar a linguagem da casa e da família, de forma que o público e o privado fossem complementação um do outro, aproximando um pouco mais essas esferas. Embora, no mundo moderno, as esferas familiar e política já estão um pouco mais próximas entre si, como constata Hanna Arendt (2003, p.43) “no mundo moderno, as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo de vida.”

² Ver tabela

Dessa forma, ao aproximar o mundo público do privado, a tendência é que os papéis destinados ao homem e à mulher fiquem mais parecidos e com maiores possibilidades de descoberta de potencialidades, independente do gênero.

Para Bruschini (1993, p. 61), há uma tendência em separar a vida social, ou esfera pública, atribuindo-a aos elementos masculinos do grupo, e a esfera privada ou doméstica para o feminino; esta divisão define como feminina a esfera privada, ligada à reprodução e à criação dos filhos. Em contrapartida, a esfera pública masculina por excelência, estaria associada à política.

Assim, a questão de gênero ganha espaço social e institucional, revelando mudanças na sociedade. Margareth Mead (1979, p. 303), ao discutir a sociedade, percebe que para alcançar uma cultura mais rica em valores contrastantes, cabe à sociedade reconhecer toda a gama das potencialidades humanas e tecer assim uma estrutura social menos arbitrária, na qual cada dote humano diferente encontrará um lugar adequado.

Outra questão a ser discutida é como se articula o discurso e a prática frente às questões da família, ou seja, quais políticas públicas são prioridades em seus governos, a exemplo do incentivo à criação de empregos para as mulheres, cursos profissionalizantes, programas de qualidade de vida para a terceira idade, saúde da mulher e da criança, programas de planejamento familiar, combate à violência doméstica, trabalho infantil, instalação de creches e muitos outros.

Urie Bronfenbrenner (1994), ao propor a ecologia do desenvolvimento humano, sugere a necessidade de pesquisas e idéias mais sensatas sobre as políticas familiares. Na sua pesquisa sobre o desenvolvimento humano busca uma direção para orientar a pesquisa e a ação pública. Ao atribuir diferenciação entre os diversos sistemas, Bronfenbrenner (1994, p. 9) explica que a política pública é uma parte do macrosistema determinando as propriedades específicas do ex-, meso- e microsistemas que ocorrem no nível da vida cotidiana e governam o curso do comportamento e do desenvolvimento.

Dada a importância atribuída à família e sua rede de relações para o desenvolvimento do ser humano, torna-se claro que “atualmente, a família é considerada como um dos maiores recursos de sustentação para a pessoa e para a sociedade, sendo escolhida como parceira da administração pública para a realização de políticas sociais.” (MOREIRA e OUTROS, 2007, p.10).

Abaixo, dados sobre aquelas que se elegeram e administraram, por um período, uma Prefeitura no Estado da Bahia.

Tabela I –Mulheres eleitas para as Prefeituras - Bahia 1958 – 2008

Ano	Prefeitas eleitas		
	Nome	Município	Partido
1958	Dejanira Resende de Souza	Belmonte	PSD
1962	-	-	-
1966	-	-	-
1968	Olga Laranjeiras B. Azevedo	Igaporã	Arena
	Noemia Meireles Ramos	Simões Filho	Arena
1970	Nilza Barbosa	Ibiquera	Arena
	Silzuita Silva Mimoso	Ibitapitanga	Arena
	Marialda Gomes Matos	Mucugê	Arena
1972	Dalila Araújo de Vasconcelos	Aurelino Leal	Arena

	Lurdes Duarte Silva Clelia Chaves Reboucas Aldanice Ribeiro de Novais Nilda Valença Baptista Ireny Dourado	Morpará Mutuípe Piripá Rio Real Irecê	Arena Arena Arena Arena Arena
1976	Maria Aurélio Souza Santos Maria dos Prazeres Almeida P. Maria Luiza Dias Laudano Maria Eunice Dultra Soares Adair Miranda Cabral e Silva	Dario Meira Entre Rios Pojuca SantaTerezinha Santo Estevão	Arena Arena Arena Arena Arena
1982	Dalila Araújo Vasconcelos Ieda Goes Lago de Araújo Maria Aparecida Oliveira Franco Gilka Borges Badaró Maria Juvenice Farias Maia Raimunda Farias Carvalho Marieta Olimpica Borges Hora Clelia Chaves Reboucas Nilda Valença Batista Josenilda Paim Pereira	Aurelino Leal Catú Irajuba Itajuípe Jiquiriçá Maraú Mucuri Mutuípe Rio Real Tanquinho	PDS PDS PDS PDS PDS PDS PDS PDS PDS PDS
1985	Maria Íris Gomes	Várzea Nova	PDS
1988	Dagmar Alves de Souza Djalмира de Carvalho Improta Lúcia Borges Cone Liete Carvalho Farias Teresa Caldas do Nascimento Valdice Cordeiro F. Santos Aldanice Riveiro Novaes Maria Nazarelo Soares Santos Elba Chagas Santos Rosália Rodrigues Franca	Boa Nova Cardeal da Silva Conceição do Almeida Floresta Azul Itapicuru Milagres Paripá Rodelas Salinas da Margarida Santa Brígida	PDS PDS PFL PMDB PFL PDC PFL PMDB PMDB PSC
1992	Iara Maria Souza Santos Iraci Alves Gomes da Silva Dalila A Vasconcelos Vera Lúcia Ramos Costa Maria Angélica Juvenal M.Q. Girlane Santos Passos Serra Andréia de Souza Xavier Avani Andrade F. Santos Míriam Mara de Carvalho Cruz Gilka Borges Badaró Maria Juvenice Santos Maia Raymunda F. de Carvalho Maria Helena F. Brito Fagundes Valdineia Damásio Josenilda Paim Pereira Lídice da Matta Maria do Socorro N. Coelho	Almadina Amargosa Aurelino Leal Barra do Rocha Candeias Conceição da Feira Dias D'Ávila Encruzilhada Itaguaçu da Bahia Itajuípe Jiquiriçá Maraú Matina Santa Luzia Tanquinho Salvador Crisópolis	PMDB PDT PFL PDC PL PFL PFL PFL PFL PTB PTB PDS PMDB PFL PDS/PFL PSDB PTB

	Clélia Chaves Rebouças Aurélíce Barreto Farias	Mutuípe Brotas de Macaúbas	PFL PFL
1996	Jailma Dantas Gama Alves Marisete de Souza Bastos Débora Carvalho Borges Santos Antonia Magalhães da Cruz Dagmar Nogueira dos Santos Brito Luzia Campos de Oliveira* Arlete Bitencourt de Castro Silva Lúcia Borges Coni Tânia Marli Ribeiro Yoshida Solange Silveira Passos Crisóstomo Sizaltina Rodrigues Donato Simone Simões Néri Neusa Cadore Maria Cardoso de Lima Maria Conceição Mota Dias Erotildes Silva Souza Íris Alencar Fernandes da Silva	Banzaê Brejolândia Camacan Candeias Casa Nova Castro Alves Cícero Dantas Conceição do Almeida Conceição do Jacuípe Cotegipe Guanambi Inhambupe Pintadas Santa Terezinha São Domingos Varzedo Wagner	PFL PFL PT do B PPB PL PPB PL PV PFL PTB PL PT PMDB PFL PFL
2000	Eulina Pires Teixeira - PTB Maria Edneide Torres Silva Pinho Dinah Martins Nascimento* Antonia Magalhães da Cruz Arlete Bitencourt de Castro Silva Tânia Marli Ribeiro Yoshida Arlete Veiga Vieira Deralsita Antonia Teixeira Pinho Eliaana Perpétua Curvelo de S. Cabana Carmen Gandarela Guedes Rosa Amélia Oliveira Lima Ana Olímpia Hora Medrado Zafira Faour* Regina Selia de Oliveira Cunha Neusa Cadore Maria Luiza Dias Laudano Lícia Macieira Freire de Andrade Heyde Maria Del Castro de Amorim Maria Cardoso de Lima Maria Conceição Mota Dias Lílian Souza Santos de Santana Marilene Pereira Rocha Eunice Ramos da Silva Ítala Maria da Silva Lobo Ribeiro	Abaré Araci Belmonte* Candeias Cícero Dantas Conceição do Jacuípe Iguai Jaguaripe Jucuruçú Madre de Deus Mansidão Mucugê Mucuri Nova Fátima Pintadas Pojuca Planaltino Queimadas Santa Terezinha São Domingos São José da Vitória Saúde Teodoro Sampaio Uauá	PTB PFL PL PP PP PTB PFL PFL PFL PL PTB PFL PFL PT PFL PP PP PFL PMDB PFL PT do B PMDB
2004	Maria Angélica Lopes Carvalho Lúcia Helena Oliveira Jandira Soares Silva Xavier Jailma Dantas Gama Alves Ana Lúcia Aguiar Viana	Antonio Cardoso Aracás Baianópolis Banzaê Barra da Estiva	PMDB PFL PSDB PFL PL

Débora Carvalho Borges Santos	Camacan	PT do B
Iraci A. de Araújo (substituída)	Campo Formoso	PFL
Maria Célia J. Magalhães Ramos	Candeias	PFL
Dagmar Nogueira dos Santos Brito	Casa Nova	PL
Gilcina Lago de Carvalho	Catú	PPS
Lúcia Maria Nunes de Lima	Capela do Alto Alegre	PT
Francisca Alves Ribeiro	Carinhanha	PTN
Neuza Maria Souza dos Santos	Coração Maria	PL
Maria de Fátima Aragão Sampaio	Dário Meira	PFL
Andréia Xavier Cajado Sampaio	Dias D'Ávila	PMDB
Rosângela Lemos Maia de Abreu	Euclides. da Cunha	PL
Monalisa Gonçalves Tavares	Ibicaraí	PFL
Arlene Veiga Vieira	Iguai	PL
Simone Simões Neri	Inhambupe	PT
Wanda Argollo Pinto	Itagi	PT
Cecília Petrina de Carvalho	Itiúba	PT
Ilma Maria Barreto	Laje	PFL
Maria de Lourdes Tavares	Lajedão	PL
Moema Isabel Passos Gramacho	Lauro de Freitas	PT
Diana Gleyde Marques Pereira	Macajuba	PL
Eranita de Brito Oliveira	Madre de Deus	PFL
Olga Gentil de Castro Cardoso	Matina	PTC
Marinalva Lucas Paranhos Coelho	Medeiros Neto	PFL
Rita de Cássia C. dos Santos	Mortugaba	PRP
Ana Olímpia Hora Medrado	Mucugê	PFL
Regina Selia de Oliveira Cunha	Nova Fátima	PRP
Amenaide de Carvalho Moreira	Paratinga	PC do B
Maria Cleuza Santos de Assis	Planaltino	PSC
Tânia Maria Portugal da Silva*	São Sebastião do Passe	PC do B
Noélia Souza Oliveira	Serrolândia	PT
Maria Íris Gomes*	Várzea Nova	PP
Marivânia*	R. do Amparo	PT

Fonte: Até 1992 (COSTA, 199, p.145-146); 1996 em diante disponível

em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>> Acesso em 10/07/2007 e União dos Municípios da Bahia – UPB.

* Ingressaram em substituição ao prefeito eleito.

Tabela II - Profissão das prefeitas – Gestão 2005- 2008

Profissão		
Profissão	Quantidade	Percentual
Professora/Pedagoga	17	50,00%
Médica	3	8,82%
Advogada	3	8,82%
Assistente Social	2	5,88%
Bancária	2	5,88%
Contadora	1	2,94%
Pecuarista	1	2,94%

Bióloga	1	2,94%
Comerciante	1	2,94%
Não responderam	4	11,4%

Fonte: União dos Municípios da Bahia - UPB

METODOLOGIA

A pesquisa será feita com base em dados quantitativos e qualitativos, com discussões baseadas em estudos sobre o tema família e política, abrangendo os conceitos de família (SARTI, 2003; GIDDENS, 2000; BRUSCHINI, 1993.) patriarcal (FREYRE, 1992), mandonismo, coronelismo, (CARVALHO, 2007) clientelismo, (BAROZET, 2003), políticas públicas (BRONFENBRENNER, 1994) e gênero (SCOTT, 1994; BEAUVIOR, 1980; SAFFIOTTI, 1992) e elaboração de pesquisa, através de entrevistas semi-estruturadas com mulheres gestoras do poder executivo municipal.

O objetivo da entrevista é buscar as percepções do grupo com referência às relações familiares, inserção e atuação na política e políticas públicas, na área das ciências sociais dentro de uma abordagem multidisciplinar: família, liderança e política, visão que comporta as aproximações entre relações e poder, considerando a multiplicidade e diversidade de fatores contraditórios que atravessam o campo familiar e político.

O desafio é teórico e prático, pois a análise das relações no passado e a ligação com as práticas atuais darão suporte para responder questões de como a tradição familiar interfere nas relações sociais humanas, como declara Scott (1992, p. 75) a ambigüidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócua à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história.

O aprofundamento do tema demanda uma abordagem ampla e aprofundada e, sobretudo, o confronto de uma aplicação prática, para dar uma dimensão de significados às participações de gênero no cenário familiar e político e assim tentar compreender os processos de inserção, manutenção e atuação da mulher frente à família e às questões políticas e públicas das administrações municipais a partir dos papéis que desenvolve à frente da municipalidade, e busca de melhorias para os cidadãos e suas respectivas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando atingir uma representação do conteúdo e da prática, pretendemos agrupar os resultados em quatro núcleos de sentido: Relações familiares, Relações de gênero, O planejamento e a atuação das prefeitas, e a implantação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo, 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet, 7^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BAROZET, Emmanuelle. El intercambio de favores en las classes medias chilenas como mecanismo social al mercado laboral: Revisión histórica y reflexión para el presente. Simpósio EPS 20, Santiago, 2003. Santiago do Chile/Internacional Congress of Americanists, 2003 (mimeo).

BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In Azevedo Maria Amélia, Nogueira Viviane N. de A (orgs.), *Infância doméstica: fronteiras de conhecimento*. São Paulo: Cortez, p. 49-79, 1993.

BRASIL, Código eleitoral. 16^a Ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRONFENBRENNER. Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados; trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

COSTA, Ana Alice Alcântara. As donas no poder: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM - UFBA: Assembléia Legislativa da Bahia, 1988.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

ITABORAI, Nathalie Reis. A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. *Revista Antropológicas*, ano 9, Volume 16: 171-196, 2005.

MATTA, Roberto da. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

MEAD, Margareth. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MOREIRA, LÚCIA Vaz de Campos; CARVALHO, Ana M. A. Org. Família, subjetividade, vínculos. São Paulo: Paulinas, 2007.

ROSA, Dora Leal. O mandonismo local na Chapada Diamantina. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Salvador – BA, UFBA, 1973.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe. In: Costa, A. O. Bruschini, C. (orgs.), *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

SARTI, Cynthia. A Família como espelho. São Paulo: Cortez, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a “gender and politics of history”. *Cadernos Pagu*, nº 03, 1994, Campinas SP. p. 11-27

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. BURKE, Peter (org.) A escrita da história. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992. p. 63-95.

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda: São Paulo, 1994.